

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE JUNHO DE DOIS MIL E SETE

-----Nos termos do disposto no número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada pela Lei número cinco, traço, A, barra, dois mil e dois, aos vinte e oito dias do mês de Junho do ano de dois mil e sete, reuniu nesta cidade do Cartaxo e Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Cartaxo, sob a presidência do Presidente da Mesa, Dr. António José Pereira Góis Santos Nascimento, coadjuvado pelo 1º Secretário, Sr. Fernando Manuel Duarte Santos e pelo Sr. António José Amendoeira Pêgo, 2º Secretário em substituição. -----

-----Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

-----Dr. Pedro Miguel Ferreira Reis, PSD-----

-----Sr. João José dos Santos Custódio Borges, PS (em substituição)-----

-----Dr. Rogério Mendes Coito, CDU -----

-----Dra. Hélia Maria Duarte M. Baptista, PSD -----

-----Dra. Ana Maria Serrazina da F. e Silva, PS-----

-----Sra. Maria Filomena Calisto Gabirro, PS -----

-----Dr. José Manuel da Ponte A. Onofre, PSD -----

-----Sr. José Roque Gameiro dos Santos, PS -----

-----Eng. Marco Filipe Firmo Caetano, PS-----

-----Eng. Maria Luísa de Freitas P.A. Dias, PSD -----

-----Sr. José Francisco Rodrigues Fernandes, PS -----

-----Sr. Francisco Manuel Miguel Colaço, BE -----

-----Eng. Pedro Miguel Barata de Almeida, PSD -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----Sr. Pedro Miguel Carvalho Monteiro, PS -----
-----Sr. João Alfaia da Encarnação Leal, PS (em substituição)-----
-----Maria Emília G. Soares, CDU -----
-----Sr. Manuel Luís Salgueiro, PS-----
-----Sra. Anabela Carona Damião Rodrigues, PS -----
-----Sr. Fernando Manuel da Silva Amorim, PS-----
-----Sr. Manuel Alfredo Moreira Fabiano, PS -----
-----Sr. Joaquim Edgar Carreira Oliveira, PS -----
-----Sr. Fernando de Jesus Ramos, PS -----
-----Luís Miguel Inglês Nepomuceno, PS-----

-----Para além de todos os membros acima identificados, estiveram presentes da parte do Executivo Municipal o Senhor Presidente, o Senhor Vereador Dr. Pedro Ribeiro, o Senhor Vereador Eng. Francisco Casimiro, a Senhora Vereadora Dra. Rute Ouro, Senhor Vereador Prof. Mário Júlio e o Senhor Vereador Dr. Manuel Jarêgo. -----

FALTAS: Faltaram à sessão os seguintes Deputados Municipais: -----

-----Dr. Pedro Filipe Miranda da Cruz Nobre, PS-----
-----Sr. Délio Modesto Pereira, CDU -----
-----Sr. Rogério Luís Dias Santos, PS -----

ABERTURA: Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Mesa, deu início à sessão quando eram dezoito horas e quarenta e cinco minutos. -----

INFORMAÇÕES

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----Deu início à sessão começando por apresentar os cumprimentos à Mesa, aos restantes membros da Assembleia, aos representantes da Câmara Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, à Comunicação Social e ao Público.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----Verificada a maioria do número legal dos membros desta Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia quando eram precisamente dezoito horas e cinquenta minutos, avisando os senhores deputados que quisessem intervir nesse período deveriam apresentar a sua inscrição à Mesa. -----

-----Colocou a apreciação e votação da Assembleia a acta da sessão ordinária de 23 de Abril. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: A acta da sessão ordinária anterior, realizada a vinte e três de Abril de dois mil e sete, que tinha sido previamente distribuída, foi submetida à consideração da Assembleia e, sob proposta do Presidente, colocada à votação. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a acta n.º 2 da sessão ordinária de 23 de Abril de 2007, com 13 votos a favor do PS, 2 abstenções do PS, 4 votos a favor do PSD, 1 voto a favor da CDU, 1 abstenção da CDU e 1 voto a favor do BE. -----

-----**Declarações de voto**-----

-----**SENHOR DEPUTADO JOÃO ALMAS, PS** -----

-----**SENHOR DEPUTADO LUÍS NEPOMUCENO, PS** -----

-----**SENHOR DEPUTADA MARIA EMÍLIA SOARES, CDU** -----

-----As abstenções enunciadas foram justificadas pelo facto de os Senhores Vereadores em causa, estarem ausentes na última sessão. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----Informou que foram recebidos os pedidos de justificação de faltas de João Paulo Ribeiro Almas – PS, Luís Miguel Inglês Nepomuceno – PS, Maria Emília Soares – CDU, relativamente à sessão de 23 de Abril, as quais foram consideradas justificadas pela Mesa, nos termos do artigo 46º-A da Lei 169/99, de 18 de Setembro.--

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----Informou ainda que para esta sessão deu entrada o pedido de substituição dos Deputados Municipais Câncio Paulo Alenquer Ribeiro, João Paulo Ribeiro Almas, da bancada do PS e Vasco Manuel Henriques Cunha da bancada do PSD, que ao abrigo dos artigos 78º e 79º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, serão substituídos, respectivamente, por João José dos Santos Custódio Borges (PS), João Alfaia da Encarnação Leal (PS) e Pedro Miguel Ferreira Reis (PSD). -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Deu conhecimento que se encontrava disponível na mesa para consulta a correspondência recebida pela Assembleia Municipal, no período que mediou a última sessão e o dia 28 de Junho de 2007. Da análise da correspondência recebida destacou os seguintes assuntos: -----

-----Informou que esteve em representação desta Assembleia, acompanhado dos representantes legais da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, Senhor Presidente da Câmara e Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pontével, no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses que decorreu entre os dias 14 e 16 de Junho em Ponta Delgada onde foi discutido o quadro das competências municipais, nas áreas da saúde, acção social, ensino e ainda ambiente e ordenamento do território. -----

-----Felicitou a Artével, por mais uma edição; a Junta de Freguesia de Vila Chã de Ourique, pela comemoração do 10.º aniversário da elevação desta freguesia a Vila; a comissão de festas e a paróquia da cidade do Cartaxo pela realização das festas da cidade; a Associação Humanitária da freguesia de Pontével pela comemoração do seu 10.º aniversário; a Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo pela inauguração da Casa de Santa Cruz; e a Igreja Paroquial de Vale da Pedra pelos festejos do “dia da freguesia”. Por último agradeceu todos os convites que lhe foram endereçados.-----

-----Deu conhecimento que de seguida iria passar à discussão das moções, propostas ou recomendações apresentadas à Mesa, relembrando que o tempo para cada Deputado é de vinte minutos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Deu ainda conhecimento que deu entrada uma proposta de alteração da Ordem de Trabalhos sobre a retirada do Ponto 2 e a sua substituição pelo “Referendo sobre a privatização das águas”, apresentada pelo Bloco de Esquerda.-----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO, BE**-----

-----Justificou que a moção apresentada sobre a retirada do Ponto 2 da Ordem de Trabalho, se deve ao facto de o concurso internacional na prática ser a privatização da gestão das águas, bem como da distribuição das águas e saneamento, propondo a realização de um referendo ao concelho do Cartaxo numa consulta à população, para que fosse a mesma a decidir sobre a privatização do serviço de águas.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Relembrou que o artigo 18.º do regimento, refere que o Período da “Ordem do Dia” inclui um período de apreciação e votação das propostas constantes da ordem do dia; no início do período da “Ordem do Dia”, o Presidente dará conhecimento dos assuntos nela incluídos; a discussão e votação de propostas não constantes na ordem do dia das reuniões ordinárias, depende de deliberação tomada, pelo menos, por dois terços do número legal dos membros que reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto; e a inclusão das propostas enunciadas no precedente ponto, têm de ser apresentadas e votadas antes da Ordem do Dia.-----

-----Seguidamente colocou à votação a proposta apresentada pelo grupo do Bloco de Esquerda.-----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ GAMEIRO, PS**-----

-----Referiu que o grupo do PS não concordava com a proposta apresentada, no entanto propôs ao proponente que em vez de retirar o ponto n.º 2, acrescentasse o mesmo à discussão sobre o referendo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO, BE-----

-----Referiu que uma vez aprovado o concurso internacional do ponto 2, não faria sentido falar em referendo.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, não aprovar a substituição do ponto 2 da ordem de trabalhos por uma proposta de referendo sobre a privatização das águas apresentada pelo Grupo do BE, com 15 votos contra do PS, 4 abstenções do PSD, 2 votos a favor da CDU e 1 voto a favor do BE.

-----SENHOR PRESIDENTE-----

-----Leu a seguinte moção apresentada pelo Grupo Parlamentar da CDU sobre o “Voto de louvor à Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia”:

-----“Foi inaugurada no passado dia 27 de Maio no Cartaxo, a Casa Santa Cruz, pertença da Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo, cuja acção visa acolher pessoas idosas.-----

-----Porque se trata de um equipamento social numa área bastante carenciada,-----

-----Porque o novo equipamento foi construído a expensas da própria instituição,-----

-----Porque é uma mais valia em termos sociais para o Município do Cartaxo,-----

-----Porque ajuda a dar resposta ao problema de assistência à pessoa Idosa, um problema social de bastante acuidade, mesmo para aquelas pessoas que podem pagar,-----

-----Propomos um voto de louvor à Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo, pelo esforço desenvolvido e por ter levado a reconversão do antigo Hospital de Santa Cruz, preservando marcas de um passado remoto, onde assenta muita História do Lugar do Cartaxo.-----

-----Hoje os filhos por razões das suas vidas profissionais, não podem muitas vezes estar com os pais, quando estes entram na velhice. Por outro lado, o aumento da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

esperança de vida e o conseqüente crescimento da população envelhecida, a alteração da estrutura familiar e a solidão a que muitos idosos são votados, leva cada vez mais à procura de Lares. -----

-----Em instituições oficiais os candidatos constituem neste momento grandes listas de espera (o Lar de S. João, p. ex: gerido pela Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo, tem neste momento em lista de espera, cerca de três centenas de pessoas), obrigando as famílias ao recurso a Lares/Casas de Repouso, que muitas vezes não têm condições de dignidade para a finalidade a que se propõem.-----

-----O país tem de dar resposta à realidade do Idoso na época actual. Não fora o muito que se tem feito no Apoio Domiciliário, a situação ainda seria mais complicada. -----

-----O Governo aponta para que no distrito de Santarém a prestação de serviços sociais seja aumentada com a criação de 182lugares em Lares de Idosos, 125 em Centros de Dia, 80 em Serviços de Apoio Domiciliário, lemos na Imprensa. Por isso criou o programa PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais) agora em novos moldes, que não precisa de estar dependente do PIDDAC para distribuição de verbas de apoio. No entanto nesta primeira fase em que 12 Instituições particulares de solidariedade social do distrito de Santarém irão beneficiar de investimentos públicos para abertura de novos equipamentos, não há nenhuma instituição do concelho do Cartaxo que se tenha candidatado.-----

-----Para uma segunda fase, e em projectos já apreciados em reunião do Conselho Local de acção Social do Cartaxo, há candidaturas do: Jardim de Infância do Cartaxo (Creche); Centro Social e Paroquial da Ereira (Creche); Centro Paroquial Bem-Estar Social de Pontével (Creche, Lar e Serviço de Apoio Domiciliário); Associação Comunitária de Vale da Pedra (Creche); e APPAACDM (Lar Residencial e Unidade de Vida Autónoma).-----

-----Pelo exposto lançamos uma ideia à Autarquia para uma acção (um notável líder político escrevia recentemente que «as palavras também podem ser acções» que pode não ser de concretização imediata mas amadurecida em tempos posteriores: se um dia a Câmara Municipal comprou, com um notável esforço

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

financeiro, a Quinta das Pratas, que muitos não concordavam certamente e que é hoje um ex-libris do Cartaxo, com vários equipamentos num Complexo Desportivo e Cultural, bastante valioso, por que não lançar mãos da aquisição de um espaço rural, de uma velha Quinta e aí em parceria Institucional, num habitat de vivências, vir a ser construído um moderno Complexo Social, onde os idosos, que assim o entendessem ou necessitassem, poderiam ter um lugar, uma prática que algumas Autarquias do norte do país começam a fomentar.-----

-----Pensamos que era um emblema marcante com que a denominada «Capital do Vinho» poderia ornamentar o seu estandarte».-----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO BARATA, PSD**-----

-----Congratulou esta moção por ser positiva para as crianças e idosos, e o facto de existir todo este apoio e envolvimento. Na sua opinião seria importante a existência de programas de incentivo, juntamente com o apoio do município, para um tratamento mais humanizado das pessoas dessa faixa etária.-----

-----**SENHOR VEREADOR PEDRO RIBEIRO, PS**-----

-----Cumprimentou a Mesa, os vereadores, os deputados municipais, a comunicação social e ao público presente. Relativamente às questões expostas na moção da CDU, referiu que a Câmara Municipal se congratulou em reunião do executivo com aquele investimento.-----

-----Referiu que são bem vindas as moções que politicamente contribuem para o reforço das respostas sociais no concelho e recordou a existência de uma forte dinâmica por parte da rede de IPSS no concelho.-----

-----Transmitiu ainda que a Câmara Municipal através do programa “Viver Mais, Viver Melhor” oferece às pessoas com mais de cinquenta anos e residentes no concelho do Cartaxo, cerca de oito ou nove actividades, desde a actividade física à actividade cultural e recreativa.-----

-----Por último, salientou que as propostas votadas favoravelmente pela Assembleia Municipal merecerão a melhor atenção por parte da Câmara Municipal.----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----**SENHOR PRESIDENTE** -----
-----Felicitou a Santa Casa da Misericórdia pela magnífica obra, uma vez que a terceira idade é um problema fulcral neste país. -----
-----De seguida colocou à votação a moção sobre o louvor à Santa Casa da Misericórdia. -----

-----**SENHORA DEPUTADA LUISA PATO, PSD**-----
-----Solicitou ao Senhor Presidente da Mesa que ficasse registado em acta que não participaria na votação da Moção, uma vez que é membro dos órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o Voto de Louvor à Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia apresentado pelo grupo da CDU, com 1 voto contra do PS, 15 votos a favor do PS, 4 votos a favor do PSD, 2 votos a favor da CDU e 1 voto a favor do BE. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE** -----
-----Seguidamente leu a seguinte moção apresentada pelo Grupo do Bloco de Esquerda sobre o “Ambiente”: -----
-----*“Em todo o Mundo têm-se sucedido as campanhas e as medidas em defesa do ambiente, visando a alteração dos comportamentos individuais, das decisões das empresas e dos decisores políticos. Existe hoje a convicção generalizada de que é preciso poupar energia, utilizar racionalmente os recursos naturais, manter os equilíbrios, e, mais genericamente, defender o ambiente.* -----
-----*As autarquias não devem ficar à margem desse esforço ou serem simples actores passivos. Pelo contrário, devem, elas próprias tomar iniciativas que vão no mesmo sentido e adoptar medidas normativas que, no quadro das suas competências, levem os municípios a tomar decisões mais amigas do ambiente.*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----Por razões e também porque se celebrou, recentemente, em todo o mundo o Dia Mundial do Ambiente, a Assembleia Municipal do Cartaxo reunida a 28 de Junho de 2007 decide aconselhar/recomendar ao Executivo Camarário o seguinte:-

-----1. Encarregar os serviços técnicos da preparação de um Caderno de Encargos para consulta a peritos qualificados do SCE (Sistemas de Certificação de Energia – Decr.-Lei 78/2006 de 4 de Abril), visando a realização de auditorias energéticas às instalações municipais, nomeadamente às de maior volumetria, permitindo avançar para Planos de Racionalização Energética (PRE), com propostas para adopção de medidas de eficiência energética, e posteriormente, assegurar a respectiva Certificação; -----

-----2. Encarregar também os serviços técnicos de analisar os consumos da rede de iluminação pública e de propor medidas de poupança de energias, nomeadamente analisando a viabilidade e a vantagem de adoptar lâmpadas de vapor de sódio e reguladores de fluxo luminoso; -----

-----3. No quadro de fixado pela Lei n.º 53-E/2006 de 29 de Dezembro, encarregar o Sr. Director do Departamento Financeiro e Administrativo de estudar a revisão das tabelas de taxas municipais, penalizando “actividades dos particulares geradoras de impacto ambiental negativo” (Nº2 do artigo 6º da Lei) e estimulando práticas geradoras de impacto ambiental positivo”. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a moção sobre o «Ambiente» apresentada pelo grupo do BE, com 16 votos a favor do PS, 5 votos a favor do PSD, 2 votos a favor da CDU e 1 voto a favor do BE. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE** -----

-----Leu o seguinte requerimento apresentado pelo Grupo do Partido Social Democrata sobre o «Centro de Dia e ATL de Valada»:-----

-----“Considerando que:-----

-----O Centro de Dia e ATL de Valada foi inaugurado em Outubro de 2005 e até à presente data não se encontra em funcionamento; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----*Foram investidos dinheiros públicos, nomeadamente do Município do Cartaxo, na sua construção com o objectivo superior de servir a população de Valada.*

-----*O Grupo Parlamentar do PSD faz o presente requerimento no sentido de obter respostas por escrito e no prazo legalmente estabelecido, às seguintes questões: -*

-----*1. A quantia exacta investida pelo Município do Cartaxo naquele equipamento; -----*

-----*2. Que tipo de acompanhamento fez o Município da referida obra, sabendo que foi esta entidade que elaborou todo o processo de concurso e fez o seu acompanhamento até à adjudicação; -----*

-----*3. Se é verdade que devido a problemas com o empreiteiro se perdeu uma verba significativa do financiamento que caberia à Segurança Social; -----*

-----*4. Saber se foi posta em prática a proposta, apresentada pelo PSD em devido tempo, no sentido de que o valor referente ao reembolso do IVA, fosse utilizado pela Associação para dar início à sua actividade; -----*

-----*5. Que tipo de acompanhamento está a ser dado, pela Divisão de Acção Social do Município, à Associação no sentido da mesma começar efectivamente a prestar o serviço para que foi criada. -----*

-----*Cartaxo, 28 de Junho de 2007. -----*

-----*O Grupo Parlamentar do PSD”. -----*

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO, PSD**-----

-----*Deu conhecimento que o requerimento apresentado pelo PSD será enviado à Câmara Municipal. -----*

-----**SENHOR DEPUTADO MARCO CAETANO, PS**-----

-----*Leu o seguinte requerimento apresentado pelo Grupo do Partido Socialista sobre a “Valada tem que crescer bem”: -----*

-----*“A origem de Valada perde-se na memória dos tempos. Afirmam os historiadores que foram os romanos os primeiros agricultores dos campos de Valada que diziam que estes eram os campos mais férteis da Península. -----*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----Hoje, quem atentar bem para a implementação de Valada, constata facilmente que ela nasceu para servir a lavoura e namorar o Tejo. -----

-----Considerando que se trata da freguesia do Concelho do Cartaxo com a população mais envelhecida; -----

-----Considerando que se trata de uma freguesia com potencialidades turísticas enormes; -----

-----Considerando que é uma das zonas ribeirinhas mais propícias a provas náuticas; -----

-----Considerando que nesta freguesia se encontram casas agrícolas; -----

-----Considerando que os mais jovens abandonam a freguesia por falta de habitação; -----

-----O Grupo PS propõe que esta Assembleia Municipal exerça sobre o INAG e CCDRLVT uma acção de sensibilização para as potencialidades desta freguesia, fazendo ver que a questão das cheias nada podem impedir a construção de habitação e infra-estruturas que provoquem o desenvolvimento desta “terra”. Tenhamos em consideração que cheias poderão haver por toda a parte, e a construção não pode parar. -----

-----Apoiamos também as démarches já efectuadas tanto pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia como pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal para resolução deste problema no âmbito da Revisão do PDM o resultado final terá de ser positivo para Valada e para todo o Concelho do Cartaxo. -----

-----O Grupo do PS”. -----

-----**SENHORA DEPUTADA EMÍLIA SOARES, CDU** -----

-----Cumprimentou os elementos da Assembleia Municipal, o público e a comunicação social. Concordou com a moção apresentada e recordou que se realizou um debate com o público em Valada, juntamente com o representante da CDU na Assembleia da República para discutir esse assunto. -----

-----Relativamente às cheias em Valada, referiu que nas reparações do dique na freguesia de Valada não foi empregue todo o dinheiro da obra. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----Como tal questionou se a obra foi feita no sentido de aplicar esse dinheiro devidamente para que fosse acautelado o nível de segurança das pessoas e dos bens, ao invés de ser aplicado numa outra situação.-----

-----Frisou que se realmente existe dinheiro em caixa, o mesmo deveria ser aplicado na freguesia, nomeadamente nas fossas sépticas no Reguengo e no parque de merendas de Porto de Muge.-----

-----**SENHOR DEPUTADO MANUEL FABIANO, PS**-----

-----Cumprimentou os presentes e referiu que, como morador e Presidente da Junta de Valada de todos os valadenses e forças políticas existentes em Valada, tinha recebido uma triste notícia sobre o encerramento da Escola Primária de Valada, salientando que, sempre que as instituições escolares encerram é o “*fim de uma terra*”.

-----Frisou que a moção não faz referência quanto à situação da freguesia de Valada, anotando que se os dirigentes políticos do concelho pretendem crescer em termos turísticos, terão de escolher a freguesia de Valada.-----

-----Frisou ainda que para que o concelho possa expandir-se a nível turístico, é necessário a criação de condições de habitabilidade na freguesia, nomeadamente pela fixação de pessoas, continuidade dos serviços, como as escolas, o posto médico, entre outras.-----

-----Esclareceu também que os trabalhos do dique não foram concluídos, estando ainda numa fase de execução e quanto ao parque de merendas de Porto de Muge referiu que brevemente se iniciaram os trabalhos de limpeza.-----

-----Relativamente às fossas do Reguengo, informou que está agendada uma reunião entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Valada, juntamente com o técnico da Câmara Municipal dessa área, para uma solução da zona em questão.-----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO, BE**-----

-----Relativamente à moção, referiu que houve uma preocupação por parte do Senhor Presidente de Junta de Valada sobre esse assunto.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----Salientou que existe apenas um rio e duas realidades distintas, como o Cartaxo e Salvaterra de Magos. -----

-----Referiu que em reunião com a Presidente da Câmara de Salvaterra, lhe solicitou ajuda sobre o facto de poderem construir, uma vez que a lei é a mesma no país, enquanto na margem norte é notória a inoperância. -----

-----Acrescentou que a preocupação do Senhor Presidente de Valada é justificada, uma vez que corre o risco de se desertificar. -----

-----Por último, referiu que solicitará um encontro com a Presidente de Salvaterra de Magos, bem como com o Presidente da Junta de Freguesia de Valada e com os autarcas do Cartaxo, no sentido de reforçar uma entre ajuda ou esclarecimentos que poderão ser prestados, para que Valada não fique esquecida e parada no tempo. ----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO BARATA, PSD** -----

-----Começou a sua intervenção por cumprimentar os presentes e referiu que estava de acordo com toda a primeira parte da moção.-----

-----Convidou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal a estar presente na próxima Assembleia de Freguesia, para reunir esforços nas diversas diligências a serem desencadeadas pela Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia. -----

-----Referiu que, esta moção politiza na forma como termina, referindo apenas o Presidente da Junta e o Presidente da Câmara e que o que as forças partidárias representadas na Assembleia de Freguesia de Valada, na qual está presente o executivo na figura do Presidente e dos restantes elementos, acordaram que jamais iriam politizar essa questão, demonstrando assim o seu desagrado pelo texto final dessa moção. -----

-----Por último, deu conhecimento que a bancada do PSD não irá votar contra mas sim abster-se por Valada nessa mesma moção, por tudo o que referiu. -----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO, BE** -----

-----Propôs que, se os proponentes aceitassem, que fosse retirado o último parágrafo da moção e que fosse votada sem esse ponto. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----**SENHOR VEREADOR PEDRO RIBEIRO, PS**-----

-----Referiu que Valada entre censos perdeu entre vinte a vinte e cinco por cento da população, com elevado recuo demográfico, tendo como origens a habitação, emprego ou respostas sociais. Referiu ainda que quanto ao encerramento da Escola de Valada é uma questão completamente afastada, sendo os argumentos da autarquia suficientemente importantes para que a parte da Direcção Regional do Ministério da Educação percebessem a importância e a sustentabilidade daquela freguesia.-----

-----Na sua opinião não acredita que os proponentes desta moção a tenham feito para branquear o que quer que seja, frisando que acredita sim que estão todos unidos pelo mesmo objectivo.-----

-----Salientou que a posição que o Presidente da Junta de Freguesia tem, honra em muito a Câmara Municipal, compreendendo muito bem cada um dos patamares em que cada um se situa, uma vez que o legítimo representante da freguesia de Valada tem que lutar junto de um conjunto de entidades inclusive a Câmara Municipal, para melhores condições na sua freguesia, bem como a autarquia tem efectuado o mesmo face à administração central.-----

-----Salientou ainda que o principal problema de Valada, se prende com os constrangimentos que o PDM impõe, nomeadamente no que diz respeito às áreas da REN e de RAN.-----

-----Relativamente à intervenção do deputado do Bloco de Esquerda, transmitiu que sempre que se desloca a Salvaterra de Magos ouve exactamente o contrário “*uma vez passada a ponte da Rainha D. Amélia parece que estamos noutra país*”.-----

-----Recordou que há três ou quatro anos deu uma palestra no Escaroupim sobre a intervenção feita em Valada, sendo um exemplo para Salvaterra de Magos.-----

-----Por último, destacou também as excelentes relações com a autarquia de Salvaterra de Magos e a preservação das mesmas.-----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO, PSD**-----

-----Interveio referindo que não foram solicitados esclarecimentos ao executivo, estando a desperdiçar o tempo do período antes da ordem do dia.-----

15/50

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Apelou ao Grupo Parlamentar do partido socialista, sobre a aceitação ou não da proposta do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.-----

-----**SENHOR VEREADOR FRANCISCO CASIMIRO, PS**-----

-----Salientou que tinha sido referido pelo deputado Francisco Colaço que o mesmo terá solicitado ajuda ao Vereador da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos sobre a questão de Valada e que a mesma lhe será prestada, desejando-lhe sorte, uma vez que o mesmo também solicitou ajuda à Senhora Presidente de Câmara, tendo a mesma esclarecido que tudo foi feito antes da entrada em vigor da Lei da Água (Ano de 2005).-----

-----**SENHORA VEREADORA RUTE OURO, PS**-----

-----Frisou que o executivo municipal não esqueceu a freguesia de Valada e recordou os projectos desenvolvidos, como a limpeza ao parque de merendas e posteriormente ao parque de merendas de Porto de Muge; a limpeza de uma linha de água com cerca de um quilómetro; desassoreamento das duas fluvinas; a adjudicação da beneficiação do Largo Humberto Delgado e como complemento os valores recebidos pela Câmara Municipal do Cartaxo em termos de contrato programa vão ser todos aplicados ao projecto Valada XXI; bem como, a conclusão do projecto da aldeia da Palhota.-----

-----**SENHORA DEPUTADA EMÍLIA SOARES, CDU**-----

-----Relembrou que os diques de Valada são um valor acrescentado e apelou que a obra fosse concluída com segurança.-----

-----**SENHORA VEREADORA RUTE OURO, PS**-----

-----Esclareceu que o projecto e o acompanhamento da execução da obra dos diques de Valada estão a ser acompanhados pelo Eng. Responsável da CCDRLVT, bem como pelo Eng. Bento Tanganho da parte da Câmara Municipal.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Esclareceu que o grupo do PS não retirou o último parágrafo e colocou à votação a moção sobre «Valada tem que crescer bem».-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a moção sobre «Valada tem que crescer bem» apresentada pelo grupo do PS, com 11 votos a favor do PS, 4 abstenções do PS, 5 abstenções do PSD, 2 abstenções da CDU e 1 abstenção do BE.-----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO BARATA, PSD**-----

-----**Declaração de voto:**-----

-----Informou que o Grupo Parlamentar do PSD se absteve na votação pelos motivos invocados na sua intervenção.-----

-----**SENHORA DEPUTADA EMÍLIA SOARES, CDU**-----

-----**Declaração de voto:**-----

-----Informou que o Grupo Parlamentar da CDU se absteve na votação, uma vez que discordavam do último parágrafo da moção.-----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ GAMEIRO, PS**-----

-----**Declaração de voto:**-----

-----Esclareceu que o que pretendiam com o último parágrafo da moção era apoiar as démarches do Senhor do Presidente da Junta e do Senhor Presidente da Câmara no âmbito da revisão do PDM.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Nos termos do artigo 18º do regimento deu início ao período da ordem do dia e começou por dar conhecimento dos assuntos nela incluídos.-----

17/50

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----Ponto um – Apreciação do relatório de actividade e da situação financeira da Câmara Municipal de 1 de Janeiro a 31 de Maio, ao abrigo da alínea e) do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, com as ulteriores alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

-----Ponto dois – Discussão e votação da deliberação de Câmara Municipal tomada em 25/06/07, sobre o Pedido de Autorização de Abertura de Concurso Público Internacional para a concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais do Município; -----

-----Ponto três – Discussão e votação da deliberação de Câmara Municipal tomada em 25/06/07, sobre o Contrato de abastecimento de água ao Município a celebrar com a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A. – fornecimento em alta; -----

-----Ponto quatro – Discussão e votação da deliberação de Câmara Municipal tomada em 25/06/07, sobre a Revisão n.º 1 do Orçamento e das Grandes Opções do Plano. -----

-----Informou que, para a discussão de cada ponto da ordem do dia há um período inicial, até 20 minutos, não podendo qualquer membro da Assembleia exceder 5 minutos de intervenção. -----

-----Após a utilização deste período, se a discussão não tiver terminado, apenas haverá um segundo período de intervenções de 15 minutos. -----

PONTO N.º 1 – APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 1 DE JANEIRO A 31 DE MAIO, AO ABRIGO DA ALÍNEA E) DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, COM AS ULTERIORES ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO

-----SENHORA DEPUTADA EMÍLIA SOARES, CDU -----

-----Solicitou os seguintes esclarecimentos: -----

-----Relativamente à construção da sede do Rancho Folclórico do Cartaxo. ---

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----No sector de jardins, parques e zonas verdes, na página 26, quanto ao corte de relva e limpezas em vários jardins da cidade do Cartaxo, bem como no que diz respeito à poda de árvores em vários locais da cidade, questionou se é feito pela Câmara Municipal, uma vez que o tratamento dos jardins foi concessionado. -----

-----Alertou quanto à colocação das fitas de isolamento e combate à processionária (doença dos pinheiros) que este não é o momento indicado mas sim em Janeiro. -----

-----**SENHORA DEPUTADA LUISA PATO, PSD**-----

-----Também solicitou os seguintes esclarecimentos: -----

-----Questionou qual a causa da interrupção dos trabalhos da construção da sede do Rancho Folclórico e se teve com problemas financeiros da Câmara Municipal ou com a falência da empresa escolhida.-----

-----Na questão da rejeição do peixe na página 6, alertou o Vereador responsável, uma vez que a máquina do gelo do Mercado Municipal está avariada. ----

-----Acrescentou ainda que existe unicamente uma vendedora de peixe na praça, a qual a Câmara Municipal não consegue apoiar de uma forma explícita e que o Cartaxo corre o risco do Mercado Municipal se tornar num Museu onde antigamente se vendiam produtos agrícolas. -----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO, BE**-----

-----Referiu que da sua análise à execução orçamental no período compreendido e assinalado a trinta e um de Maio, fez algumas considerações de carácter macroeconómico. -----

-----Após a leitura da execução orçamental, constatou que a despesa ultrapassa em muito a receita e se essa tendência chegar assim até ao fim do ano, será uma grave situação financeira. -----

-----Solicitou esclarecimentos ao executivo sobre a razão pela qual no capítulo das receitas estão com 1/5 das receitas orçamentadas, uma vez que em termos de calendário se está a meio do ano, sendo que no capítulo das despesas também se está com 1/5 da despesa orçamentada. -----

19/50

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----Concluiu que a solução será provavelmente a entrada de capital, como o interesse pela privatização das águas, com 40% de entrada de dinheiro para a resolução do problema financeiro da Câmara Municipal; ou então, mediante a engenharia financeira, passando muitas das despesas de 2007 para o ano seguinte.-----

-----Realçou que a razão pela qual o Cartaxo está transformado num estaleiro, com os custos inerentes à destruição do património, que no seu entender, deveria ter sido acautelado porque representa uma mais valia do ponto de vista cultural e arquitectónico de um concelho desde sempre ligado a uma ruralidade do cultivo da vinha, estando patente no relatório cerca de setenta e cinco fogos licenciados ou autorizados.-----

-----Se não fora a necessidade de dinheiro urgente e provavelmente a Câmara teria tempo para ter outro tipo de preocupações, não só ao nível do enquadramento da volumetria do que se constrói mas da qualidade de vida no enquadramento arquitectónico na cidade do Cartaxo, estando a ficar uma cidade incaracterística com construções vulgares. Constatou o desaparecimento das construções que caracterizavam a cidade como rural, como construções ligadas à exploração e à transformação do vinho estão a desaparecer sem nenhum tipo de preocupação cultural, arquitectónica na preservação do património.-----

-----Por último, alertou para o estado de grande degradação do Palacete na rua Batalhoz e que na sua opinião deveria ser classificado como Imóvel de Interesse Municipal.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----Solicitou ao Senhor Presidente da Mesa que as respostas dadas às várias intervenções fossem dadas respectivamente pela Dra. Rute Ouro, Dr. Pedro Ribeiro e Eng. Francisco Casimiro, ambos com competências delegadas nessas áreas.-----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO REIS, PSD**-----

-----Referiu que o PSD aquando da aprovação do orçamento para o ano de 2007, considerou que estavam sobre avaliadas algumas rubricas e têm a constatação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

disso mesmo no quadro demonstrativo da actividade económica e financeira da Câmara Municipal até trinta e um de Maio do presente ano, confirmando que têm pouco mais de 10% de investimento executado actualmente no município do Cartaxo, e que estava orçamentado como investimento, quinze milhões cento e sessenta e dois mil euros e estão executados até à data um milhão cento e noventa mil euros.-----

-----**SENHOR VEREADOR PEDRO RIBEIRO, PS**-----

-----Esclareceu a Senhora Deputada Emília Soares que a Câmara Municipal quando concessionou a uma empresa privada a manutenção dos jardins e conservação dos espaços verdes, não foi para a totalidade dos espaços verdes, o que implicaria o despedimento dos funcionários municipais que desempenham funções nesta área.-----

-----Esclareceu ainda que foi feita uma medição com os recursos humanos e técnicos da Câmara Municipal a capacidade e dado o acréscimo de espaços verdes, como a Quinta das Correias, optaram pela via privada.-----

Como tal têm uma parte dos jardins do Cartaxo sob a responsabilidade da Câmara Municipal e outra que foi concessionada.-----

-----**SENHORA VEREADORA RUTE OURO, PS**-----

-----Relativamente à falta de elementos no quadro das aquisições, referiu que o quadro financeiro e o quadro orçamental estão correctos, bem como, sendo considerado o total das despesas efectuadas em revisões externas; no entanto, o valor agregado não foi possível porque o dossier fechou antes desses elementos terem sido colhidos, contudo constará no próximo relatório essas notas relativamente ao mês de Abril e de Maio.-----

-----Quanto à construção da sede do Rancho Folclórico do Cartaxo, referiu que a obra foi contratualizada no ano de 2006, na altura o empreiteiro António Jorge, Lda. tinha a sua situação regularizada perante as finanças e a segurança social, no entanto actualmente o empresário atravessa um período de dificuldade financeira, estando a Câmara Municipal a estudar a forma jurídica de uma nova adjudicação.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----Frisou que esse prazo foi alargado por parte da Câmara Municipal para se acautelar em termos locais a ida de mais uma empresa à falência, levando por sua vez a menos postos de trabalho.-----

-----Esclareceu também quanto ao facto de o documento estar aquém das expectativas, salientou que existem no orçamento inicial previsões na reestruturação do Parque de Todos os Santos, bem como a nível do direito de superfície para o Pavilhão Desportivo que ainda não estão totalmente concretizadas. Concluiu que no final do ano as contas serão novamente feitas.-----

-----Referiu que entrou em contacto com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale da Pinta no sentido de o informar sobre a segurança do autocarro no parque de estacionamento em frente aos bombeiros e no parque de máquinas da Câmara Municipal.-----

-----**SENHOR DEPUTADO FERNANDO RAMOS, PS**-----

-----Começou a sua intervenção por referir que o autocarro da junta de freguesia de Vale da Pinta é um “sem-abrigo” do concelho e que em reunião com a Dra. Rute foi decidido encontrar um local digno para estar estacionado.-----

-----**SENHOR VEREADOR FRANCISCO CASIMIRO, PS**-----

-----Relativamente à questão das esplanadas, referiu que existe um conflito em manter os espaços públicos completamente livres ou ter uma cidade que proporciona aos seus habitantes nos meses mais quentes locais de diversão e convívio diurna, bem como nocturna.-----

-----Referiu ainda que ponderando as duas situações e ouvindo a população, o inconveniente da ocupação de alguns espaços públicos pelas esplanadas é bastante inferior à vantagem que advém para a vivência das pessoas pela presença das esplanadas.-----

-----Reconheceu a razão que está subjacente a essa intervenção e solicitou a compreensão de todos, uma vez que a mais valia para a vivência nas cidades é claramente superior aos inconvenientes da ocupação do espaço público.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----Relativamente ao facto do Cartaxo estar transformado num estaleiro e de a Câmara Municipal ter autorizado a instalação de setenta e cinco fogos no mês de Janeiro, essa tendência não se manteve como pode ser observado no Relatório de Síntese da Actividade Municipal e Situação Financeira.-----

-----Mantém toda a confiança na equipa de técnicos da DPAU, da qual fazem parte arquitectos que aprovam projectos de arquitectura de elevada qualidade. -----

-----Por último referiu que compreendia a vivência das cidades resultante da evolução dos tempos e que dificilmente a cidade poderia comportar o número de adegas e de espaços reservados à actividade rural que tinha anteriormente, devido à evolução económica nessa área que tornou obsoletos e inutilizáveis esses espaços. Da parte da Câmara Municipal solicitam aos promotores que procuram este concelho para realizar obras, que procedam à reabilitação do que existe e sempre que as condições de degradação dos imóveis não o permitam, exigem que a sua substituição seja arquitectura e que dignifique a cidade. -----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO, PSD**-----

-----Relembrou que na Assembleia Municipal de Setembro do ano passado fez verbalmente alguns requerimentos e que continua à espera das suas respostas.-----

-----**SENHORA DEPUTADA EMÍLIA SOARES, CDU**-----

-----Destacou a situação da Ribeira do Cartaxo e a situação dos tanques, bem como a hipótese de a equipa da nova empresa contratada para a manutenção dos jardins fazer a limpeza da Quinta de Santa Eulália. -----

-----**SENHOR VEREADOR PEDRO RIBEIRO, PS**-----

-----Esclareceu que terminou a primeira fase das obras de manutenção do espaço da Quinta de Santa Eulália e faltando a segunda fase, bem como também estão atentos à limpeza dos tanques da ribeira do Cartaxo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

PONTO N.º 2 – PONTO DOIS – DISCUSSÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA MUNICIPAL TOMADA EM 25/06/07, SOBRE O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO

-----SENHOR PRESIDENTE DA MESA-----

-----Antes de colocar a discussão e votação o ponto dois, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer uma introdução sucinta ao documento em análise.-----

-----SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA-----

-----Começou a sua intervenção por apresentar os cumprimentos à Mesa, aos restantes membros da Assembleia e aos representantes da Câmara Municipal, bem como à comunicação social e ao público.-----

-----Referiu que de todas as decisões tomadas pela Câmara Municipal nos últimos anos, esta é uma das decisões que em termos de concelho é mais estruturante e com maior alcance económico e social.-----

-----Na sua opinião todos os munícipes do concelho se devem rever nas decisões que os autarcas tomam, ou seja, houve uma preocupação ao longo da gestão do dossier da parte do executivo, no sentido de transmitir aos autarcas e à população as mensagens necessárias e entendidas como convenientes, para que pudessem estar a par de um dossier como este de carácter estratégico.-----

-----Referiu ainda que encara a política pela positiva como líder da sua equipa e como tal o dossier representa com orgulho o esforço de um conjunto de pessoas da Divisão de Águas e Saneamento, bem como vários sectores do concelho da área técnica, económica jurídica, em particular da Dra. Rute e dos elementos que a acompanham na área financeira, e de quem lidera o município na área de gestão com diferentes entidades.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----Salienta que a proposta apresentada marca a diferença entre o fazer política em prol das pessoas e aquilo que é muitas vezes o fazer política em prol de outras causas menos justas que não interessam às necessidades e às ambições do concelho. -----

-----Salientou ainda que o dossier corporiza todo o trabalho bom, honesto e dedicado em conjunto com várias entidades, como o Ministério do Ambiente e Ministério das Obras. -----

-----Recordou que foi um dossier altamente discutido e com muitas vicissitudes no âmbito da CULT, bem como foi um dossier trabalhado no âmbito jurídico ao pormenor. Também teve o contributo de especialistas internacionais na área das águas e do saneamento para se poder alcançar um resultado desta natureza.-----

-----Informou os presentes que iria proceder à apresentação conjunta do ponto dois e três. -----

-----Referiu que o objectivo é o desenvolvimento sustentado e que o município e as suas oito freguesias sejam um centro de qualidade de vida. Referiu ainda que segundo uma análise ao Quadro Comunitário Apoio III, no período de 2000 a 2006 e repartido por diferentes áreas de trabalho, estão representados os valores de investimento total, ou seja as candidaturas de investimento a fundos comunitários das oito freguesias.-----

-----Disse ainda que se pretende no futuro e relacionado com este projecto estruturante a uma consolidação financeira que representa um compromisso desde o início do mandato no sentido de pagar a dívida de curto, médio e longo prazo do município do Cartaxo, através desse projecto estruturante.-----

-----Referiu que o projecto irá ser feito não ponderando o futuro mas sim de forma sustentada, tendo um projecto a trinta e cinco anos, com garantia que intergeracionalmente também será feita essa consolidação financeira e a concretização desses investimentos estratégicos e estruturantes, o qual corresponde ao valor de cento e sessenta e cinco milhões de euros de investimentos partilhados pelo QREN e pelos eixos apresentados, fundamentalmente educação, formação e qualificação; no segundo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

eixo, ambiente, qualidade de vida e coesão territorial/política e cidades; e no terceiro eixo, competitividade e inovação.-----

-----Frisou que não se trata apenas de uma privatização mas sim de manutenção de património da Câmara Municipal, bem como de uma parceria com a EPAL. Referiu ainda que pretendem assumir compromissos de ambição em relação aos investimentos do QREN.-----

-----Relativamente à CULT pretende garantir com o modelo apresentado, a consolidação de um plano de investimento e estrutura de custos previstos que estava definido na CULT, bem como um tarifário idêntico ou inferior ao que estava definido na CULT, de modo a satisfazer os munícipes da melhor forma possível comparativamente à CULT.-----

-----Salientou que foi uma boa decisão a saída do Cartaxo da CULT, de forma a tomar um caminho diferente e melhor para o concelho.-----

-----Salientou ainda que o dossier foi estudado de uma forma abrangente, para além dos contactos com diversas entidades, foram estudados o sistema municipal, a adesão e parceria com as Águas de Portugal a nível nacional, a Empresa Intermunicipal da CULT e a concessão intermunicipal, bem como a concessão municipal (individual).

-----Após uma análise dos dados, constatou que o Município do Cartaxo tem vantagens em fazer uma concessão individual dos serviços de água e saneamento básico, com cerca de 18,3 milhões de euros de rentabilidade, cujo projecto ao mesmo tempo se satisfaz por rendas, bem como por um encaixe adicional que representa a contrapartida do património existentes nas águas e no saneamento que se estima em 9,5 milhões de euros.-----

-----Determinou como objectivos e metas a atingir uma boa gestão daquela área, que todas as obras necessárias à execução do Plano de Investimentos sejam obrigatoriamente consolidadas, um tarifário justo para os munícipes, a garantia do abastecimento de água e serviço com qualidade em parceria com a EPAL, a satisfação dos direitos dos trabalhadores do sector de águas e saneamento, bem como a rentabilização do sistema e a sua sustentabilidade.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----A proposta que está em discussão e a votação é a concessão municipal e o acordo com a EPAL.-----

Salientou que o dossier tinha uma densidade do ponto de vista económico-financeiro, da estrutura contratual, de financiamento e dos tarifários. Salientou ainda que houve a preocupação de identificar os tarifários médios de 1.5, valor esse abaixo 1.56 que a CULT decidiu como tarifário base e de contrapartida para a prestação de serviços.-----

Identificou um conjunto de princípios para defesa do munícipe e do consumidor final e referiu que as propostas apresentadas serão analisadas respeitando a vantagem maior para os munícipes, bem como para os interesses da Câmara Municipal e dos consumidores. -----

-----Referiu que o bom funcionamento do sistema é garantido através de um acordo complementar com a EPAL para o abastecimento de água em alta, sendo neste momento as freguesias de Vale da Pedra e Valada servidas pela EPAL, que será estendida às restantes freguesias do concelho, com a construção de uma conduta de quatro quilómetros, com água de qualidade e de controlo máximo, por trinta e cinco anos, a um preço altamente competitivo, no valor de 0,3870.-----

-----Referiu ainda que o controlo de serviços obrigatórios no âmbito da concessão será uma cláusula fundamental, como a qualidade, o sistema de controlo, a quantidade, bem como os benefícios que a CMC vai exigir.-----

-----Destacou os benefícios e as vantagens adicionais que o Município do Cartaxo vai exigir ao concessionário 100.000 m³ de água a título gratuito por ano, assim como a respectiva tarifa de utilização da rede de drenagem; para além disso todos os respectivos furos e captações de águas actuais permanecem no usufruto do município, como as regas, os espaços verdes, entre outros; e destacou ainda como requisito fundamental a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores.-----

-----Salientou a fiscalização dos projectos e dos trabalhos, o atendimento ao público com um piquete vinte e quatro horas, bem como a sustentabilidade do projecto ao longo dos trinta e cinco anos com os respectivos meios financeiros.-----

-----Salientou ainda que o financiamento da concessão é da responsabilidade da concessionária, assumindo esta todo o plano de investimentos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----Esclareceu que todos os fundos de coesão vindos são extraordinários e que o plano de investimentos no valor de doze milhões de euros, ou seja, os fundos de coesão estão a ser trabalhados com a CULT.-----

-----Constatou ainda que a implementação de curto, médio e longo prazo de um conjunto de infra-estruturas é tudo o que representa as infra-estruturas básicas e fundamentais a serem feitas nos próximos três anos (2008, 2009 e 2010).-----

-----Anotou que os fundos de coesão terão uma participação de 50 a 60 %, bem como a EPAL assumiu que a título de carácter complementar dará uma compensação de 15% sobre a contrapartida nacional que não seja co-financiada pelo QREN.-----

-----Concluiu que o modelo apresentado é um contrato de solidariedade intergeracional ao longo dos trinta e cinco anos, com uma cláusula muito importante que define que em cada quinto deste período, o município do Cartaxo pode sempre afirmar que já não quer continuar, ou seja, em cada sete anos pode revogar a sua decisão.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Leu a proposta de deliberação do Ponto n.º 2.-----

-----*“De acordo com o artigo 53º, n.º 2, alínea q), da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, compete à Assembleia Municipal em matéria regulamentar de organização e funcionamento, aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Câmara Municipal a concessionar, por concurso público, a exploração de obras e serviços públicos, fixando as respectivas condições gerais.*-----

-----*Submete-se a deliberação da Assembleia Municipal o pedido de autorização de abertura de concurso público internacional para a concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais do município, aprovado por maioria na Reunião de Câmara do passado dia 25 de Junho”.*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO, BE** -----

-----Cumprimentou os presentes e lembrou que a via neoliberal na gestão dos recursos naturais não é nova e que não tem dado os melhores resultados onde tem sido experimentada, dado que a concorrência entre empresas operadoras é quase inexistente, conseguindo as multinacionais do sector o oligopólio estável e relativamente fechado.-----

-----Referiu que os preços praticados pelos sistemas com gestão privada são superiores aos praticados nos sistemas de gestão pública e que a apresentação anteriormente feita pelo Senhor Presidente da Câmara foi mercantilizar um recurso que a natureza dá a todos. -----

-----Lamentou que fosse das poucas vozes dissonantes dessa mercantilização de um bem natural, cuja gestão deveria ser sustentada, equilibrada, com determinadas preocupações, não devendo ter a lógica privada na sua gestão.-----

-----Referiu ainda que os sistemas privados, nas experiências feitas na União Europeia, as privatizações foram acompanhadas em regra por importantes reduções de postos de trabalho. Questionou quem poderá garantir que os trabalhadores ficam salvaguardados, no caso de ficarem na Câmara poderão ficar nos excedentários, enquanto que na entidade privada não compreende como esta garante o vínculo à função pública de trabalhadores transferidos. -----

-----Verificou que com a privatização das águas na Europa nos anos 50 e 60 houve uma debilidade ou completa ausência de sistemas de regulação, bem como a aplicação do princípio de recuperação total de custos teve efeitos sociais devastadores no mundo, inclusive nos países desenvolvidos, tendo em Inglaterra o número de corte de água por falta de pagamento triplicado nos cinco primeiros anos após a privatização, exigindo que uma nova legislação proibisse as práticas até então adoptadas nos cortes, bem como nos sistemas de pré pagamento. -----

-----Na sua opinião um serviço de água deve assumir o direito da água aos cidadãos é um direito básico reconhecido por organismos das Nações Unidas, bem como a privatização da sua distribuição e da gestão desse serviço é a perversão mercantilista e capitalista daquilo que é um bem social do planeta. Também referiu que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

as preocupações ecológicas são nulas ou inexistentes quando a lógica pervertida da água é a lógica do lucro e da capitalização da mais valia. -----

-----Salientou que o Comité Nacional das Nações Unidas reconheceu o direito à água como direito do Homem, tendo aprovado na sua XXXIXª Sessão realizada em Genebra, em Novembro de 2002, aprovou o PAC internacional relativo aos direitos económicos, sociais e culturais com o título «O direito à água», o qual refere os fundamentos jurídicos do direito e o seu conteúdo normativo. -----

-----Salientou ainda que acha estranho a preocupação do executivo camarário em torno dessa privatização seja apenas nos primeiros dois anos de exercício, além de empenhar as gerações futuras em trinta e cinco anos. -----

-----Anotou ainda que segundo o Comité Nacional das Nações Unidas, a água deverá ser considerada como um bem social e cultural e não como um bem económico, ao contrário do que foi apresentado, cuja visão é mercantilista e neoliberal. -----

-----Apelou que a proposta fosse rejeitada e que fosse pensado um enquadramento equilibrado da solução das águas para o Cartaxo. -----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ GAMEIRO, PS**-----

-----Leu o seguinte requerimento apresentado pelo Grupo do Partido Socialista sobre a “Gestão dos serviços de distribuição de água e de drenagem de águas residuais do Cartaxo ”: -----

-----*“A relação das pessoas e a água é muito especial, muito mais ampla que o uso doméstico. A água é talvez o vínculo mais forte entre as pessoas e a natureza. Faz parte de quase tudo o que nos cerca, desde o crescimento das plantas e dos animais de que nos alimentamos ao processo de fabrico de quase todos os produtos que usamos. Toda a história dos homens e das civilizações está associada à água.-----*

-----*Na organização actual da sociedade os homens têm de permanecer ligados à água por um processo artificial. São os “serviços de água”. -----*

-----*Aos serviços de água - abastecimento e saneamento - chamam “ciclo urbano da água”. De facto não é nenhum ciclo: é uma “ligação” das pessoas e muito particularmente do metabolismo humano, ao “ciclo hidrológico”. -----*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----O “serviço de abastecimento” é a ligação no sentido da natureza para os homens e o “serviço de águas residuais” “devolve à natureza” a maior parte da água, que continuará o ciclo da natureza e da vida.-----

-----Assim:-----

-----Considerando que a proposta de distribuição deste bem essencial vem colmatar dificuldades enormes que iríamos enfrentar num futuro próximo devido à saturação do nosso sistema de abastecimento de água; -----

-----Considerando que o investimento duplica (12 Milhões de euros e abrange todo o Concelho); -----

-----Considerando que os consumidores beneficiam de preços acessíveis e de um serviço de qualidade ao longo de 35 anos;-----

-----Considerando que os direitos dos trabalhadores está, a todos os níveis, salvaguardado; -----

-----Considerando, ainda que a rentabilidade do projecto vai permitir que o município “arrecade” pelo menos 21 milhões de euros, possibilitando a sua consolidação financeira e aos novos investimentos para o futuro no QREN; -----

-----Considerando que se trata de um projecto estruturante quer nos vai garantir um Cartaxo moderno e com qualidade de vida para as suas populações; -----

-----O Grupo do PS propõe que esta Assembleia se congratule com o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal na organização deste processo que será um grande passo no caminho para o futuro. -----

-----Cartaxo, 28 de Junho de 2007. -----

-----O Grupo do PS”. -----

-----**SENHORA DEPUTADA LUISA PATO, PSD**-----

-----Deu conhecimento que o PSD iria intervir de uma forma contida, uma vez que votaram contra o projecto “Águas do Ribatejo” e que o Senhor Presidente reforçou ao sair desse projecto.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----Referiu que o PSD sempre reclamou a execução integral da rede de saneamento básico como é patente nos documentos das diversas autarquias feito nos vários mandatos.-----

-----Referiu ainda que, ao contrário da opinião do Senhor Presidente da Câmara, as finanças da Câmara Municipal estão mal e que cada medida tomada pelo próprio, de uma forma estruturante revela a fragilidade em que se encontram as finanças.-----

-----Salientou que para a análise desse documento partiram de três princípios fundamentais, assumiram como garantidos que os direitos do trabalhador estão salvaguardados; como garantido o tarifário social; ou seja que os munícipes utilizadores, nomeadamente do 1º e 2º escalão nunca sairão prejudicados ao longo dos trinta e cinco anos; bem como, o tarifário mais baixo, de carácter especial, para os casos que actualmente estão contemplados no regulamento de taxas em vigor no município.--

-----Relativamente ao projecto apresentado, frisou que os eleitos iam votar um projecto sem saber a calendarização dos investimentos que irão ser feitos pela concessionária, e tinha dúvidas se os 30 % entregues no primeiro ano, se se traduzem apenas em dinheiro ou também em investimento.-----

-----Neste sentido, questionou quais são as obras prioritárias que o município pretende executar através da concessionária, nomeadamente no abastecimento do saneamento básico.-----

-----Após análise dos gráficos, constatou que, na página nove, tendo em conta uma taxa de crescimento de 0,2 % por ano da população a cobertura de abastecimento de água no ano zero é de 95,7 e no ano 40 volta para trás e atinge os 95%, concluindo que a taxa de cobertura diminui. Quanto ao saneamento referiu que no período de quarenta anos a taxa de cobertura de 87,35% para 87,71%, contemplando um crescimento de 0,4% nos quarenta anos.-----

-----Por fim, referiu que tinha mais questões que deixava para discussão no próximo ponto da ordem de trabalhos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----**SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO, CDU**-----

-----Cumprimentou os presentes e referiu que o assunto da concessão e privatização das águas por parte do Município do Cartaxo voltou à Assembleia Municipal dividida em dois pontos, embora cruzados. Referiu ainda que, se no ponto três, fornecimento em alta, tem aspectos positivos com algumas nuances de dúvidas, no ponto dois da ordem de trabalhos, chamado fornecimento em baixa, no que concerne à distribuição de água, o caso não lhe parece tão linear.-----

-----Salientou que depois da saída do Município do Cartaxo das Águas do Ribatejo e uma vez que a candidatura ao fundo de coesão era conjunta, há opiniões no seio da CULT que a obtenção desses fundos por parte do Município do Cartaxo fica comprometido, disse estar informado que o Cartaxo tem até ao dia trinta de Junho para apresentar um estudo para se compatibilizar com a candidatura dos sete municípios quanto ao tarifário. Por outro lado, os sete municípios vão propor uma candidatura intermunicipal a Bruxelas com capitais exclusivamente públicos.-----

-----Na opinião da CDU, a água é um direito e não uma mercadoria e como bem essencial à vida deve ser uma componente social, que nesta concessão deve transferir obrigatoriamente sempre a responsabilidade pública para o concessionário no que concerne à manutenção, ao regime de tarifários, fixação dos preços e no controlo da qualidade.-----

-----Salientou ainda que nenhuma empresa investe para perder e que a alienação de uma bem público, fruto de uma herança com anos de investimento em rede, num parceiro privado, não lhe parece ser a melhor escolha.-----

-----Referiu que a gestão da concessão transforma objectivos porque a exploração é gerida nesse espaço de trinta e cinco anos para maximizar lucro e não a preocupação social e a qualidade de vida dos cidadãos, sendo a tendência sempre para favorecer os grandes consumidores industriais e descurar os utilizadores domésticos, eliminando por eficiência economicista os consumidores que se atrasem nos pagamentos.-----

-----Referiu ainda que as pessoas votam nos autarcas de quatro em quatro anos, tendo direitos políticos de participação na gestão autárquica através dos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

representantes e caso não estejam satisfeitos com a abastecimento de água poderão “despedir” o executivo municipal sem encargos, enquanto que no sistema de privatização a gestão só precisa de satisfazer os accionistas que vivem noutra país porque o clausulado do direito económico internacional assegura-lhes a renda do capital. Na sua opinião permanecerá a dúvida, se o negócio é rentável para as empresas internacionais e privadas, porque não é rentável para o sector público, nomeadamente para os municípios.-----

-----Comprovou com dados de 2001 que davam conta de duzentos e cinquenta mil contos de receita, num universo de vinte e três mil habitantes, sendo uma boa receita para os cofres da Câmara Municipal.-----

-----Recordou que nas actas de uma audição parlamentar de 2002 se pode ler “*depois de todo o investimento feito a nível das infra-estruturas, entregar a concessão é entregar o “ovo de ouro” a empresas privadas e é totalmente incomportável para o futuro*”.-----

-----Referiu que poderia não ser um mau negócio pelos encaixes milionários previstos de rendas adicionais, sem cedência de património e com acessos aos fundos comunitários mas há figuras jurídicas que deixam muitas dúvidas entre o rasurado previsional e a sua aplicação prática numa concessão individual.-----

-----Voltou a questionar se o negócio das águas é rentável para os privados, porque não é para a Câmara Municipal, uma vez que esta possui já um conjunto de estruturas e de pessoal.-----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO REIS, PSD**-----

-----Referiu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou a sua intervenção sobre a solidariedade intergeracional e referiu que a divisão de água anualmente, com base em números do ano passado, tem de receitas cerca de um milhão e quatrocentos e cinquenta mil euros que multiplicado por trinta e cinco anos, equivale a cinquenta e um milhões de euros, sem o valor da taxa de inflação aplicada anualmente.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----Questionou como será explicado às gerações vindouras como foi feito uma antecipação de receitas.-----

-----Referiu ainda que por uma questão de maximização de recursos e da qualidade de serviços da qualidade de água, não é contra a concessão dos serviços municipalizados da água; contudo discorda da proposta nos termos apresentados. -----

-----Questionou sobre as verbas gastas pelo Município do Cartaxo em saneamento básico e nos sucessivos quadros comunitários.-----

-----Manifestou o desejo de ver os Casais Lagartos, Casais da Amendoeira e Casais Penedos num futuro próximo com saneamento básico.-----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO, BE** -----

-----Referiu que são conhecidas as más experiências da privatização destes serviços, como o aumento incontrolável dos preços, frisando que a empresa tem como preocupação a maximização de lucro e não as preocupações sociais.-----

-----Referiu ainda que não é verdade que os direitos dos trabalhadores estejam salvaguardados, neste acordo. -----

-----Salientou que os preços no Concelho de Alenquer aumentaram em cerca de 300% e disse que respeitar a mais valia – lucro, não contempla o critério social. -----

-----Por último referiu que o Bloco de Esquerda vai votar contra a moção, mesmo antes de ter sido tomada a decisão de aprovar ou não a privatização dos serviços de água.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

-----Referiu que a Câmara Municipal tem preocupações sociais e que na sua opinião ninguém se pode arrogar no direito de apenas o senhor deputado Francisco Colaço estar preocupado com os efeitos sociais respeitantes à água. Na sua opinião quem deve gerir e preocupar-se em garantir a sustentabilidade do sistema é o executivo e recordou que no ano passado houve um problema e que foi a EPAL que conseguiu salvar a sustentabilidade do sistema. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----Referiu ainda que, a drenagem e o tratamento das águas residuais são bens essenciais, bem como a água. Como tal apresentaram propostas no valor de doze milhões de euros e de reposição de investimento para que os municípios tenham efectivamente obra consolidada para a sua qualidade de vida.-----

-----Destacou que é muito fácil o Deputado Francisco Colaço referir que não quer um sistema mas que quer os investimentos que esse mesmo sistema providencia, ou seja, dar às pessoas as Etar`s, a rede de drenagem, a qualidade de vida que os municípios merecem.-----

-----Destacou ainda que quem se coloca na posição de gerir, se não faz nenhum investimento por não haver fundos de coesão nem apoio, terá de assumir a responsabilidade perante a população das várias freguesias que não serão feitos os investimentos ambicionados.-----

-----Neste sentido, salientou que não deixaria que a situação ficasse desse modo pelo que optou por fazer uma empresa municipal para sustentar o investimento e o furo, o que não conseguiu porque numa parceria público-privada não têm dimensão, uma vez que só existem cerca de onze mil contadores, o que não permite uma sustentabilidade do sistema para fazer os investimentos necessários à população.-----

-----Salientou ainda que a proposta tem vinte e um milhões de euros de investimentos, bem como satisfaz o modelo do tarifário social abaixo do tarifário da CULT. Frisou que está a defender os interesses do munícipe com uma proposta social de um bem social.-----

-----Por último, recordou que o projecto salvaguarda a solidariedade intergeracional e referiu que o próprio ministro assumiu que os tarifários serão regulamentados em tarifários em intervalos de valores com patamares mínimos e máximos, sendo as concessões privadas controladas todos os anos pelo IRAR e Ministério, garantindo e fiscalizando que por parte do concessionário do tarifário.-----

-----Frisou que ao longo dos trinta e cinco anos a tarifa estará regulamentada e ser assumida pelo concessionário, Câmara Municipal e municípios.-----

-----Concluiu que a principal preocupação do executivo municipal também é social, mas gerido e com decisões tomadas, e o que aparenta ser uma proposta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

mercantilista apresentada pelo Senhor Deputado Francisco Colaço, iria fazer com que, provavelmente, os munícipes do Cartaxo daqui a dez anos não tinham os investimentos feitos. -----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO, BE**-----

-----Esclareceu que não está preocupado com os privados e referiu que ao ser verdade a apresentação dourada feita, não acreditava que existisse algum privado que concordasse com a proposta.-----

-----Questionou qual era a contrapartida da empresa privada e referiu que a rentabilidade do projecto era muito maior do que aquela que o Senhor Presidente da Câmara quer fazer crer.-----

-----Por último, referiu que estava preocupado com a falta de sinceridade política na apresentação feita. -----

-----**SENHORA DEPUTADA LUISA PATO, PSD**-----

-----Constatou que o PS não soube gerir o dinheiro que teve à sua disposição ao longo dos anos. Referiu que o Senhor Presidente da Câmara não respondeu ao Senhor Deputado Pedro Reis sobre as verbas dos quatro quadros de apoio que foram gastos percentualmente no saneamento básico no concelho do Cartaxo, tendo reformulado novamente a questão, para ter a ideia do modelo de concelho que o PS tinha na altura. -----

-----Referiu ainda que existem concelhos que têm a rede de saneamento completamente executada, enquanto o concelho do Cartaxo não tem a sua rede de saneamento concluída, uma vez que ao longo dos trinta anos recebeu dinheiro dos fundos comunitários.-----

-----Por fim, disse que o PSD desafiou o PS e propôs, com base na solidariedade intergeracional, que o valor da concessão a ser distribuída nos primeiros cinco anos, fosse distribuída de uma forma igual ao longo dos trinta e cinco anos, revelando aí o PS o valor da solidariedade intergeracional e que está preocupado em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

fazer nos próximos dois anos as obras que prometeu durante trinta anos e que salvaguarde a qualidade de vida dos munícipes do Cartaxo. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----Salientou que como líder da oposição também estaria preocupado, uma vez que os investimentos vão ser feitos o mais rapidamente possível porque a população necessita deles, bem como, a arrecadação de receitas está equilibrada e num modelo económico bem feito, conseguindo a sustentabilidade do sistema a curto, médio e longo prazo, correspondendo a cerca de 30% das verbas gastas em saneamento básico nos últimos anos. -----

-----Salientou ainda que comparativamente a muitos municípios do país, dá taxas de cobertura e de atendimento significativamente boas, o que indica que este executivo e os seus antecessores fizeram o melhor trabalho possível. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Colocou à votação o ponto dois sobre o pedido de abertura de concurso público internacional para a concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de águas residuais do município. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, o pedido de autorização de abertura de Concurso Público Internacional para a concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais do município, com 17 votos a favor do PS, 5 abstenções do PSD, 2 votos contra da CDU e um voto contra do BE. -----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO, PSD**-----

-----**Declaração de voto:**-----

-----“Considerando que: -----

-----1 – Desde sempre foi uma preocupação do PSD a questão do saneamento e fornecimento de águas, como facilmente se comprova com as inúmeras

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

referências nos diversos órgãos autárquicos e ao longo dos sucessivos mandatos, questões essas que o PS sempre adiou para melhores dias argumentando ou justificando com a expectativa de financiamentos da Comunidade Europeia; -----

-----2 – Esta medida vai hipotecar em larga escala as receitas e as finanças futuras do Município, dada a forma como é concretizado o encaixe financeiro do concurso – 30% no 1.º ano, 7% no 2.º ano, 3% no 3.º ano, e a partir do 5.º ano o Município passa a receber apenas cerca de 500.000 euros anualmente, durante um período de 30 anos; -----

-----3 – Com base nas receitas do ano transacto (2006) da Divisão de Águas e Saneamento, o Município vai perder aproximadamente € 30,000,000.00 (trinta milhões de euros), durante o período de 35 anos (período de vigência do contrato), o que representa um negócio ruinoso para a Câmara; -----

-----4 – A presente concessão é o mais recente episódio da má gestão socialista dos últimos 30 anos no Município do Cartaxo, nomeadamente nas grandes opções e prioridades políticas, apostando nas obras que dão votos e não nas que proporcionam melhor qualidade de vida e salvaguardam a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal; -----

-----Apenas porque temos consciência que esta é a derradeira oportunidade que o Município do Cartaxo tem para resolver os seus deficits de saneamento básico e de solvência financeira, que levaram a Câmara Municipal a um beco sem saída, confirmando o ditado popular “vão-se os anéis, ficam os dedos”.-----

-----O Grupo Parlamentar do PSD abstém-se na presente deliberação.”-----

-----SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO, BE-----

*-----**Declaração de voto:**-----*

-----Esclareceu que votou contra porque considera uma péssima decisão a privatização dos serviços de água e lamentou que o maior partido da oposição não tenha uma posição coerente face a este tema, e questionou como é que os Presidentes de Junta sem estarem mandatados vão responder às suas populações na grave decisão tomada em votar favoravelmente esta decisão.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO, CDU -----

-----Declaração de voto:-----

-----“Considerando como princípio básico que a Água é um Direito e não uma Mercadoria;-----

-----Considerando que o modo de gestão aqui apresentado de abertura de um concurso público internacional para a concessão e exploração dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais do Município do Cartaxo, não vai beneficiar os seus munícipes ou promover o seu desenvolvimento; -----

-----Considerando que para a grande maioria dos consumidores/utilizadores dos sistemas de águas as tarifas ficam ameaçadas pelos critérios de “rentabilidade” e de gestão com “lucros” que qualquer investimento privado tem em vista; -----

-----Considerando a perspectiva de perda do direito à água que foi um dos grandes objectivos do Poder Local democrático conquistado com o 25 de Abril de 1974; -----

-----Considerando que compromissos assumidos por 35 anos, embora com a possibilidade de revisão ao fim de 7 anos, limita a opção de futuros eleitos locais, que assumem o mandato autárquico por 4 anos; -----

-----Considerando que as águas têm vindo a ser cobiçado há muito tempo, pelo sector privado, como negócio apetecível, e que vê assim abrir-se mais uma das portas; -----

-----Considerando que a água é um pilar da vida, um bem comum, pelo que a sua gestão devia ser presidida por critérios de índole social, de sustentação ambiental, de contributo à saúde pública e de promoção ao investimento; -----

-----Votamos Contra”.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a moção sobre “Gestão dos serviços de distribuição de água e de drenagem de águas residuais do Cartaxo ” apresentada pelo grupo do PS, com 17 votos a favor do PS, 5 votos contra do PSD, 2 votos contra da CDU e 1 voto contra do BE. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

PONTO 3 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA MUNICIPAL TOMADA EM 25/06/07, SOBRE O CONTRATO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO MUNICÍPIO A CELEBRAR COM A EPAL – EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES, S. A. – FORNECIMENTO EM ALTA

-----SENHOR PRESIDENTE DA MESA -----

-----Leu a seguinte proposta de deliberação:-----

-----“De acordo com o artigo 53º, n.º 2, alínea m), da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, compete à Assembleia Municipal em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, a Câmara Municipal a associar-se com outras entidades públicas, privadas ou cooperativas que prossigam fins de interesse público local e se contenham dentro das atribuições cometidas aos Municípios fixando as condições gerais dessa participação.-----

-----Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal a adjudicação à EPAL do abastecimento de água ao Município do Cartaxo e ainda, a minuta de contrato a celebrar entre o Município e a EPAL, bem como os respectivos anexos, que mereceu aprovação por unanimidade na reunião do executivo do passado dia 25 de Junho”. -----

-----SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO, CDU -----

-----Referiu que a abordagem do ponto três para o fornecimento de água pela EPAL já acontece em duas freguesias do concelho e que sobre esta matéria tem uma leitura diferente do ponto anterior, uma vez que o fornecimento de água à superfície chega aos reservatórios prestada por uma anónima de capitais integralmente públicos, com a qualidade certificada, o que permite acreditar que é uma empresa capaz de prestar um bom serviço à população.-----

-----Referiu ainda que em directivas da União Europeia, as captações de água em profundidade estão pelo efeito de esponja a começar a constituir um perigo para a saúde pública e que a velocidade de infiltrações no solo pode provocar a sua

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

contaminação por produtos arrastados, tornando progressivamente mais caro o seu tratamento, sendo a água das actuais captações em profundidade sempre utilizada no âmbito dos serviços municipais.-----

-----Daí que salvaguardando alguns aspectos relativos ao tarifário e admitindo que o seu agravamento na proporção da inflação anual definida pelo Banco de Portugal e publicada pelo governo, não consideram que não seja um caso com contornos positivos. -----

-----Relembrou que cerca de 70% da superfície do planeta está ocupada com água, sendo 97% de água salgada e apenas 3% de água doce. Contudo a expansão urbanística, o desenvolvimento industrial, o aumento demográfico, bem como os hábitos de consumo vão agonizando este problema. -----

-----Por último, apelou às autarquias para investirem na chamada de atenção aos munícipes, no sentido de poupar água e deu conhecimento que a CULT vai adquirir uma máquina para detectar fugas.-----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO REIS, PSD**-----

-----Relativamente ao abastecimento de águas pela EPAL anotou que o contrato tem como referência as melhores práticas europeias de distribuição e da qualidade da água fornecida aos cidadãos.-----

-----Concordou com o contrato apresentado, uma vez que o mesmo irá garantir a qualidade do fornecimento das águas ao Município do Cartaxo. -----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO, BE**-----

-----Contrariamente à argumentação produzida pelo Senhor Presidente da Câmara no ponto anterior, na qual associou os concessionamentos de água em baixa com fornecimentos de água em alta, argumentando contra as suas posições, referiu que a sua preocupação é apenas ecológica, no sentido de salvaguardar os níveis freáticos que podem ser esgotados com consecutivos furos para o abastecimento de água. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----Referiu ainda que recorrer à EPAL poderá ser uma solução e como empresa pública terá as maiores responsabilidades perante os órgãos públicos responsáveis.-----

-----SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

-----Esclareceu que a rede em alta e a distribuição da água em baixa não pode ser desfasada da outra, uma vez que abrange desde a rede em alta, que permite entregar aos consumidores, entre os quais à própria Câmara Municipal, benefícios com determinadas condições e características, sendo os investimentos feitos em alta e em baixa, trabalhando o melhor possível na captação em alta para depois ser garantida uma boa distribuição no modelo da rede em baixa. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, a adjudicação à EPAL do abastecimento de água ao Município do Cartaxo, a minuta de contrato a celebrar entre o Município do Cartaxo e a EPAL e respectivos anexos, com 16 votos a favor do PS, 5 votos a favor do PSD, 2 votos a favor da CDU e 1 voto a favor do BE. -----

PONTO 4 – DISCUSSÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA MUNICIPAL TOMADA EM 25/06/07, SOBRE A 1.ª REVISÃO DO ORÇAMENTO E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

-----SENHOR PRESIDENTE DA MESA -----

-----Leu a seguinte proposta de deliberação:-----

-----“De acordo com o artigo 53º, n.º 2, alínea b), da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, compete à Assembleia Municipal em matéria regulamentar de organização e funcionamento, aprovar, sob proposta de Executivo Municipal, as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respectivas revisões.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----*Submete-se a deliberação da Assembleia Municipal o pedido de aprovação da 1.ª revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano aprovado por maioria na reunião do executivo do passado dia 25 de Junho*-----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO REIS, PSD**-----

-----Salientou que a primeira alteração do Município do Cartaxo prevê a renda pela concessão dos serviços de água, neste sentido questionou sobre a burocracia e o processo administrativo. -----

-----Salientou ainda que a proposta terá de ser entregue até noventa dias após a publicação em jornais, tem um prazo de noventa dias para avaliação das propostas e entrega do relatório final de avaliação a contar com data do acto público de concurso. --

-----Também sessenta dias após a recepção do relatório final de avaliação, a Câmara Municipal procede à audiência prévia dos interessados e notifica o concorrente vencedor, tendo o mesmo cinco dias após a notificação aquando do início das negociações as cláusulas formais do contrato de concessão. No prazo máximo de sessenta dias após notificação é aprovada a minuta final do contrato de concessão e após esse período, em caso de acordo, a Câmara Municipal notifica a adjudicação definitiva ao vencedor que tem quarenta dias para fazer o que existir por conveniente.--

-----Referiu que está em questão um prazo superior a trezentos dias, com prazos administrativos, nos quais não contam fins-de-semana e feriados, o que perfaz cerca de um ano, concluiu que daqui a um ano, os seis milhões de euros entram nos cofres da Câmara Municipal e o Senhor Presidente já os incluiu no orçamento. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----Esclareceu que desde o início do orçamento inicial, para este ano estão cinco milhões e meio de euros locados ao campo da feira e no entanto não têm a certeza se há ou não consciência de concretizar essa receita.-----

-----Esclareceu ainda que neste concurso em particular e não obstante os prazos legais apresentados e alguns flexíveis, que podem ter uma expectativa, tendo o próprio assumido uma expectativa muito optimista, uma vez que podem cobrar até ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

final do ano uma percentagem do encaixe dos 30%, no entanto, de acordo com o princípio da contabilidade orçamental, nada impede que ela seja contemplada, contudo não impede que do ponto de vista da despesa haja concretização da despesa em paralelo no mesmo montante. -----

-----Referiu que a Câmara Municipal pode sustentar um conjunto de despesas para garantir efectivamente que a receita não seja necessária. -----

-----Referiu ainda que o orçamento é distinto da execução desse orçamento e que no final do ano, em casos extremos, a possibilidade de ter o dinheiro em caixa, e não terem interesse concreto nessa decisão de gestão. -----

-----Por último, referiu que segundo a experiência nesta matéria, leva a que por uma questão de conveniência assumida, considerassem parceiros, tal como fizeram com rigor a antecipação das receitas da EDP que deixaram de ter cabimento, não havendo impedimentos para que continuassem a ter a antecipação de receitas da EDP na revisão orçamental, mantendo o valor de sete milhões, mas por uma questão de lógica de gestão, abandonaram essa expectativa retirando esse mesmo valor. -----

-----**SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO, CDU** -----

-----No âmbito do POCAL vem à Assembleia Municipal para apreciação a revisão do orçamento, no qual não é perceptível a inclusão da renda pela concessão no ano 2007 da receita de seis milhões e trezentos mil euros, suscitando determinadas dúvidas, como o facto de se conseguir “encaixar” esses milhões uma vez que a concessão ainda não tinha sido aprovada. -----

-----Também como receita vem o direito de superfície do pavilhão municipal com um encaixe de três milhões de euros, mas desde o início da abordagem da E.M. RUMO 2020 que a CDU se tem demarcado de todas as operações da sua constituição e financiamento porque entende que é uma forma de “mascarar” realidades e ultrapassar as dificuldades impostas pela própria Lei das Finanças locais aos investimentos municipais. -----

-----Por outro lado, referiu que defenderam sempre uma autonomia de factos, em que os municípios não fossem “asfixiados” na sua capacidade de intervenção e na

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

defesa das necessidades específicas das suas populações, nem estrangulados com as constantes transferências de responsabilidades do governo central sem virem acompanhadas pelos competentes acompanhamentos técnicos e financeiros. -----

-----Relativamente ao capítulo da defesa, admitiu que especialmente, no geral, os encargos com as instalações no montante de setecentos e setenta mil setecentos e noventa e cinco euros, pois é possível que se pretenda a melhoria das condições de trabalho, bem como dos trabalhadores da autarquia e do acesso às instalações pelos munícipes, contudo salientou que um aumento de 57,6 % lhe parece exagerado. -----

-----Salientou que o Grupo Parlamentar da CDU não entende o facto de pretender aumentar as despesas em limpeza e higiene, uma vez que estão a seis meses do final do ano, ou seja, a 45,3 %, do tempo que leva a concluir que o orçamento inicial estava mal feito ou que é um pouco exagerado. -----

-----Questionou como se justifica a alteração de princípios, uma vez que a despesa é aumentada em vinte e três mil e seiscentos euros e aquando do debate do orçamento inicial se previa a diminuição das despesas em publicidade. -----

-----Relativamente ao quadro de modificações às grandes opções do plano, referiu que é atribuído 10,1 % à administração pública, 4,6 %, 6,9 % à educação e saúde, 0,09 % à habitação, 1,6 % aos serviços culturais, 2,4 % à indústria e energia, e por último, 3 % aos transportes e comunicações. -----

-----Frisou que votaria contra a revisão de orçamento, uma vez que não se prevê o investimento na contratação de um animador para trabalhar com as colectividades, bem como para a formação dos quadros de associativos. -----

-----**SENHORA DEPUTADA LUISA PATO, PSD**-----

-----Relativamente ao direito de superfície do pavilhão municipal, referiu que continua à espera da avaliação do terreno onde será instalado o pavilhão municipal e do relatório de avaliação. -----

-----Questionou se já foi concretizada a hipoteca dos direitos de superfície desses terrenos e se o dinheiro já entrou nos cofres da Câmara Municipal. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----Salientou que ficou surpreendida pela inscrição do direito de superfície de um pavilhão municipal, para o qual não existe projectos, apenas um valor estimado para o direito de superfície. -----

-----Salientou ainda que fica à espera do relatório de avaliação, para verificar qual a entidade bancária que consegue hipotecar o direito de superfície de algo que não existe, sobretudo em relação ao pavilhão municipal. -----

-----Quanto à E.M. RUMO 2020, referiu que segundo a lei, a Assembleia Municipal ainda não recebeu todos os documentos contabilísticos, nomeadamente dos relatórios das empresas municipais. -----

-----Frisou que o Senhor Presidente nunca falou na impossibilidade de conseguir a receita e que não fez investimentos nos últimos anos porque não consegue arranjar receita. -----

-----Por último, mencionou que o PSD votava contra porque, na sua opinião foi mais uma “brincadeira” que o PS arranjou para entreter a oposição durante algum tempo e que inscrever verbas para sustentar outro tipo de despesas, provavelmente correntes e dispensáveis por parte dos munícipes do Cartaxo. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----Salientou que aprendeu com um grande autarca do concelho, Dr. Francisco Pereira quando o mesmo mencionou que “o fato mais largo cabe sempre e se for mais apertado já não serve”, no sentido de orçamentar acima das expectativas. -----

-----Compreendeu a preocupação da Eng. Luísa Pato e frisou que a Câmara Municipal arranjou receita que permitirá a concretização de investimentos.-----

-----Por fim, referiu que a oposição fica preocupada porque no final dos orçamentos nunca alcançam os 100 %, ficando entre os 50 % a 80 % e esclareceu que o mais importante que os orçamentos é a subida dos investimentos. -----

-----**SENHORA DEPUTADA LUISA PATO, PSD**-----

-----Acrescentou à célebre frase do Dr. Francisco Pereira que “quando a roupa é demasiado larga, a silhueta não realça”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----Acrescentou ainda que não arranjaram nenhum artifício porque para o PSD continua a ser um erro, uma vez que não obtiveram qualquer resposta do Tribunal de Contas. -----

-----Salientou que foi um erro porque sempre que um relatório de contas não cumpra os critérios legais para a Câmara Municipal pensar que tinha um critério antiquado na classificação das despesas com pessoal. -----

-----Salientou ainda que está na política de uma maneira positiva, interventiva e a zelar pelos interesses dos munícipes do Cartaxo, bem como pela melhoria da sua qualidade de vida, e como tal não é uma prerrogativa do PS. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

-----Salientou que não tem sido essa a sua acção política ao longo das últimas décadas e que o concelho só tem a beneficiar com essa nova postura -----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO BARATA, PSD** -----

-----Referiu que era do conhecimento de todos que deveria existir uma revisão orçamental e quanto à afirmação do Dr. Francisco Pereira, referiu que tudo o que é em exagero não dá para nada. -----

-----Referiu ainda que o executivo sabe que é praticamente impossível receber essa verba e afirmou que se o Senhor Presidente não colocasse os cerca de seis milhões e trezentos mil euros teria que rectificar a despesa, uma vez que não consegue reduzir no orçamento as despesas correntes, teriam de reduzir noutras rubricas, levando que o rácios tivessem um sentido descendente. -----

-----Concluiu que é mais fácil colocar o valor de seis milhões e trezentos mil euros mesmo sabendo que não os recebem. -----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO, BE** -----

-----Salientou que, em coerência, tal como não aprovou a apresentação e o espírito orçamental no início do ano, tendo sido o orçamento elaborado para atingir fins políticos e não de rigor e de gestão orçamental, votaria contra.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, a 1ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, com 17 votos a favor do PS, 5 votos contra do PSD, 2 votos contra da CDU e 1 voto contra do BE. -----

-----**SENHORA DEPUTADA LUISA PATO, PSD**-----

-----**Declaração de voto – PSD**-----

-----“Considerando que:-----

-----1 – De acordo com os prazos legais exigidos que ultrapassam os 300 dias para o final do Procedimento Público referenciado na proposta de concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de águas Residuais, será impossível incluir a primeira tranche dessa concessão no Orçamento para 2007.-----

-----2- Se encontra incluído na presente revisão o direito de superfície do pavilhão municipal que ainda não tem projecto definitivo.-----

-----Esta revisão representa mais um exemplo de pura demagogia política e falta de rigor na gestão dos dinheiros públicos e do futuro da Autarquia do Cartaxo, por parte do PS.-----

-----O Grupo Parlamentar do PSD vota contra esta deliberação.”-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----Relativamente à 1ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano, referiu que a posição do grupo parlamentar do PSD liderado pela Eng.ª Luísa Pato se distinguiu da posição tomada pelos Vereadores do PSD da Câmara Municipal.-----

-----Neste contexto, distinguiu pela positiva o valor dos Vereadores do PSD que ainda confiam no pagamento das dívidas e nos investimentos; enquanto o PSD na Assembleia Municipal liderado pela Senhora Eng. Luísa Pato não têm tanta motivação.

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO, BE**-----

-----Fez uma observação de protesto pela anotação “machista e de discriminação sexista” feita pelo Senhor Presidente da Câmara.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 3 DE 28/06/2007

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Antes da dar por encerrada esta sessão propôs aprovar a acta sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua exectoriedade imediata. -----

-----Questionou se algum dos presentes se opunha à aprovação da acta em minuta.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos membros presentes aprovar a acta sobre a forma de Minuta nos termos do disposto no artigo 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua exectoriedade imediata.-----

FORMA DE VOTAÇÃO – As deliberações constantes desta acta foram aprovadas por unanimidade de votos dos membros presentes na Assembleia Municipal. -----

ENCERRAMENTO – Não havendo outros assuntos a tratar, deu por encerrada a sessão, às vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos, agradecendo a presença do público, da comunicação social, do Executivo e de todos os membros da Assembleia. --

-----Para constar se lavrou a presente acta, e eu, Maria de Lourdes Ouro Martins Sardinha, a redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----
